



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO



ESTADO DE MINAS GERAIS

13 DE JUNHO/2017 – ATA Nº 54
REUNIÃO DA COMISSÃO ORGANIZADORA DA XII CONFERÊNCIA
MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MONTE CARMELO

1 Ata nº 53/2017 – Reunião da Comissão Organizadora da XII Conferência
2 Municipal de Assistência Social de Monte Carmelo – Aos treze dias de
3 junho de dois mil e dezessete, às oito horas e trinta minutos, na Secretaria
4 Municipal de Trabalho e Ação Social, situada na Praça Celso Bueno, 24 –
5 Centro, realiza-se a reunião da comissão organizadora da XII Conferência
6 Municipal de Assistência Social, com os conselheiros presentes: Ricardo
7 Alexandre do Carmo Pereira; Débora Muniz Quaiatto Machado; Érina Soares
8 Silva; Ester Mundim Alves; Andréia Cristina Gonçalves; Gláucia de Almeida
9 Ramos; Débora relata sobre as definições do palestrante, que estão sendo
10 encaminhadas pela organização e que precisa ser um profissional que saiba
11 transmitir e ter uma didática prática sobre o assunto, e os membros do
12 conselho debatem sobre o perfil do palestrante em passar todas essas
13 informações em nível nacional e municipal. A conselheira Gláucia afirma que o
14 momento da assistência social é delicado em todo o país, envolve todo o leque
15 de atuação do município em diferentes contextos a partir dos Centros de
16 Referência de Assistência Social (CRAS) e de Referência Especializado de
17 Assistência Social (CREAS), e que o palestrante precisa ser um profissional
18 competente. Débora informa que o Consórcio RIDES - Região Integrada de
19 Desenvolvimento Sustentável - ficou responsável pela contratação do palestrante
20 e também dos folders, cartazes, pastas. Em relação ao almoço e transporte
21 das pessoas, os conselheiros passarão algumas sugestões que serão
22 comunicadas com a Secretária Márcia, pra que tudo seja confirmado e
23 organizado, e caso tenha que mudar alguma coisa na Resolução, o conselho
24 será comunicado. Sobre as datas das pré-conferências, Débora relata que elas
25 serão organizadas e decididas, e todas as informações serão repassadas tanto
26 ao CMAS quanto ao CRAS. Sem mais a acrescentar, a reunião foi finalizada.
27 E, para constar, eu, Wander Vasconcelos, lavrei a ata, que depois de lida foi
28 assinada por todos. Presentes:
29 Ricardo Alexandre do Carmo Pereira
30 Débora Muniz Quaiatto Machado
31 Érina Soares Silva
32 Ester Mundim Alves
33 Andréia Cristina Gonçalves
34 Gláucia de Almeida Ramos



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO



ESTADO DE MINAS GERAIS

21/06/2017 – ATA Nº 55 – REUNIÃO ORDINÁRIA DO CMAS
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MONTE CARMELO

1 Ata nº 55/2017 – Reunião Ordinária – Aos vinte e um dias do mês de junho de
2 dois mil e dezessete, às oito e trinta, na Secretaria Municipal de Trabalho e
3 Ação Social, situada na Praça Celso Bueno, 24 – Centro, realizou-se a reunião
4 ordinária do CMAS, com os Conselheiros presentes: Iolanda Gomes Sunahara;
5 Ester Mundim Alves; Elaine Lopes Vieira Maciel; Maria Francisca Faleiros
6 Resende; Érina Soares da Silva; Gláucia de Almeida Ramos; Joyce Mundim;
7 Ricardo Alexandre do Carmo Pereira; Elaine Maria Lana de Oliveira; e com a
8 seguinte pauta: Leitura da Ata anterior; Relatório Mensal dos
9 Atendimento/Relatório dos FPGS Bolsa Família - Formulário Padrão de
10 Gestão de Benefícios/Informes da Bolsa Família; Aprovar o Plano de Ação para o
11 cofinanciamento do Governo Federal – SUAS 2017, do Município de Monte
12 Carmelo MG; Instrumentos de Gestão e Lei Municipal SUAS; A presidente
13 Débora inicia a reunião agradecendo a presença de todos, confirma com os
14 conselheiros as informações formais da XII Conferência Municipal de
15 Assistência Social, avisa aos demais que precisa se ausentar da reunião por
16 motivos profissionais, e os membros do CMAS solicitam a leitura da ata da
17 reunião anterior. Após lida, o conselho solicita modificações em alguns trechos
18 da ata nº 52, do dia 24 de maio de 2017, que será repassada ao CMAS na
19 próxima reunião ordinária. A conselheira Gláucia prossegue dando destaque
20 para a interpretação do relatório mensal dos atendimentos/formulário padrão de
21 gestão de benefícios/Informes da Bolsa Família, referente ao mês de maio de
22 2017, com todas as informações dos beneficiários cadastrados, impresso,
23 arquivado e disponível a todos os conselheiros. Gláucia demonstra
24 preocupação com as ações do CMAS em relação às orientações do Governo
25 Federal, sobre o controle da política social municipal, na administração do
26 controle do Fundo Municipal de Assistência Social. Gláucia destaca, também,
27 que é responsabilidade do conselho realizar deliberações referente aos
28 instrumentos de gestão municipal, no âmbito da Assistência Social, sendo eles:
29 PPA, LDO e LOA, e acrescenta que não fica claro para o CMAS as
30 informações sobre a elaboração desses instrumentos orçamentários, que
31 abrangem de forma geral os objetivos e metas (quantitativas e
32 qualitativas) que orientarão os programas e políticas públicas
33 municipais de assistência social ao longo dos quatro anos seguintes
34 referidos à gestão. Gláucia justifica a preocupação pelo fato de que em todo
35 esse processo, muitas informações e documentos que chegam ao conselho, o
36 CMAS é o responsável direto, por isso todo o planejamento municipal de
37 assistência social é imprescindível que seja repassado com detalhes ao
38 conselho. Gláucia destaca que participou de um curso sobre o financiamento
39 da Política de Assistência Social com carga horária de 40 horas, oferecido pela
40 SEDESE – Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – em
41 outubro de 2016, e um dos requisitos para a participação nesse curso é que
42 sejam servidores efetivos. Na oportunidade, ela afirma a importância de
43 compartilhar este curso aos conselheiros do CMAS, uma vez que a gestão dos
44 recursos financeiros da assistência social deve ter aprovação neste conselho.
45 Gláucia afirma, ainda, que a Lei Municipal 1.300, de 28 de dezembro de 2015,
46 em seu Art. 7º, inciso VI, traz orientações em relação aos trabalhadores do
47 SUAS – Sistema Único de Assistência Social – relata que é inaceitável a
48 execução de serviços por trabalhadores de forma voluntária em qualquer
49 unidade vinculada a política pública de assistência social, como ocorreu com
50 três trabalhadoras contratadas no anexo CRAS, em Celso Bueno; Na ocasião,
51 segundo a Gláucia, informaram a elas que não poderia fazer o contrato antes
52 da inauguração da unidade, que ocorreu dia 16/05/16. Contudo, o serviço de
53 proteção social básica está em oferta nesta comunidade desde 2012, através
54 de equipe volante. Outra questão levantada por Gláucia refere-se à contratação
55 de pedagoga para exercer atividade laborativa no Serviço de Convivência e
56 Fortalecimento de Vínculos de crianças e adolescentes na comunidade com
57 salário inferior a outras trabalhadoras, com as mesmas funções, no CRAS Vila
58 Nova e Santa Rita. Recomenda-se que seja acatado o Art. 37 da CF/88, que
59 traz os princípios explícitos que a administração pública deve cumprir, sendo
60 eles o da legalidade e impessoalidade, em relação à contratação de destes

61 trabalhadores. Prosseguindo, Gláucia relata que o CMAS fiscalize não somente
62 as entidades não governamentais, mas todos os equipamentos do setor público
63 que oferecem serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social
64 na proteção social básica e especial, e completa que trabalha há seis anos na
65 Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social e até o momento as unidades
66 que prestam serviços públicos vinculados não receberam fiscalização do
67 CMAS, e que é pertinente que seja criada uma comissão pra fiscalizar estes
68 espaços. Gláucia prossegue acrescentando que as trabalhadoras do anexo em
69 Celso Bueno estão proibidas de irem ao CRAS Vila Nova, unidade ao qual
70 estão vinculadas. Em seguida, ela apresenta a incoerência em relação à oferta
71 de serviços, oficinas ou cursos (designer em sobancelhas, cabeleireiro entre
72 outros) pelo CRAS a pessoas que não tem perfil bolsa família ou tampouco
73 possuem Cadastro Único. Ela deixa claro que as pessoas inseridas no cadastro
74 único com perfil do Programa Bolsa Família é que estão aptas e prioritárias a
75 serem atendidas nas Unidades de Proteção Social Básica. Outra questão
76 levantada pela Gláucia é que as atividades que são ministradas na
77 Comunidade de Celso Bueno não são as mesmas oferecidas no CRAS Vila
78 Nova (como balé, jiu jitsu, bordados, crochê, patch applique, cursos de designer
79 e sobancelhas, cabeleireiro, entre outros). Na comunidade Celso Bueno
80 possui apenas curso de pintura desde 2013. Francisca acrescenta que, em
81 relação ao contato de trabalho das funcionárias destacadas anteriormente, foi
82 solicitada a contratação delas através de portaria publicadas no diário, e que,
83 pelo relato, algumas informações podem não ter chegado ao conhecimento do
84 gabinete, e menciona que a Secretária Municipal de Trabalho e Ação Social,
85 Márcia Gonçalves Cardoso, tome conhecimento dessas informações.
86 Finalizando, foi gentilmente solicitada a presença, na reunião, da Secretária
87 Municipal de Trabalho e Ação Social, Márcia Regina Gonçalves Cardoso, ela
88 faz a leitura e interpretação do Plano de Ação para o cofinanciamento do
89 Governo Federal – SUAS (Sistema Único de Assistência Social), de 2017, do
90 Município de Monte Carmelo MG, com todos dados inseridos no sistema
91 CADSUAS/REDSUAS. Todos os membros do CMAS aprovam o Plano. Sem
92 mais nada a tratar, deu-se por encerrada a reunião. E, para constar, eu,
93 Wander Vasconcelos, lavrei a ata, que depois de lida foi assinada por todos.
94 Presentes:
95 Iolanda Gomes Sunahara
96 Ester Mundim Alves
97 Elaine Lopes Vieira Maciel
98 Maria Francisca Faleiros Resende
99 Érina Soares da Silva
100 Gláucia de Almeida Ramos
101 Joyce Mundim
102 Ricardo Alexandre do Carmo Pereira
103 Elaine Maria Lana de Oliveira
104 Cláudia Regina Pereira Loureiro
105 Roberto Vicente da Cruz
106 Márcia Regina Gonçalves Cardoso
107 Wander Vasconcelos



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO



ESTADO DE MINAS GERAIS

28/07/2017 – ATA Nº 56 – REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CMAS
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MONTE CARMELO

1 Ata nº 56/2017 – Reunião Extraordinária – Aos vinte e oito dias do mês de julho,
2 de dois mil e dezessete, às oito e trinta, na Secretaria Municipal de Trabalho e
3 Ação Social, situada na Praça Celso Bueno, 24 – Centro, realizou-se a reunião
4 extraordinária do CMAS, com os Conselheiros presentes: Iolanda Gomes
5 Sunahara; Ester Mundim Alves; Maria Francisca Faleiros Resende; Gláucia de
6 Almeida Ramos; Ricardo Alexandre do Carmo Pereira; Débora Muniz Quaiatto
7 Machado; Luciana Pereira Resende Marques; Andréia Cristina Gonçalves; e com a
8 seguinte pauta: Aprovação do Plano de Serviço Piso Mineiro 2017 de Assistência
9 Social; Discussão sobre o curso Introdução ao Exercício do Controle Social do
10 SUAS, do programa Capacita SUAS em Minas Gerais. A presidente Débora inicia
11 a reunião agradecendo a presença de todos, agradece aos membros do CMAS o
12 esforço na realização da XII Conferência Municipal de Assistência Social. Destaca
13 que o motivo da reunião é apresentar e aprovar o Plano de Serviço 2017 para o
14 cofinanciamento Estadual dos Benefícios e Serviços Socioassistenciais – PISO
15 MINEIRO, do Município de Monte Carmelo/MG, que vai direcionar o recurso a
16 investimento em benefícios eventuais, apresentados também na XII Conferência.
17 Débora afirma também que foram atualizados os dados do referido Plano de
18 Serviço com todos os repasses disponíveis, fundamentado em todas as leis
19 discriminadas no próprio Plano de Serviço e também na Lei Municipal 1.300, de 28
20 de dezembro de 2015, e que ele está impresso, com todos os valores disponíveis
21 a todos os membros do CMAS. Débora prossegue e menciona sobre um ofício
22 circular da SEDESE – Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento
23 Social, do Governo/MG, sobre o curso/capacitação "Introdução ao Exercício do
24 Controle Social do SUAS, ofertando 03 vagas para cada município. As orientações
25 sobre como realizar as inscrições e a disponibilidade de vagas estão claras na
26 resolução CEAS nº 555/2016. 01 (Uma) vaga é disponibilizada ao Secretário
27 Executivo de Conselhos Municipais, Wander Vasconcelos, e as outras duas,
28 disponibilizadas aos conselheiros não governamentais, que serão, de acordo com
29 a deliberação do CMAS, Gláucia de Almeida Ramos, representante das
30 Assistentes Sociais, e Ricardo Alexandre do Carmo Pereira, representante das
31 Instituições de Longa Permanência (Casa de Repouso da Sociedade São Vicente
32 de Paulo). Fica também deliberado pelo CMAS a Resolução nº 06, de 2017, em
33 que aprova e nomeia a comissão de visitas de acompanhamento, fiscalização e
34 avaliação da execução e operacionalização do Programa Bolsa Família. A referida
35 comissão compõe-se de 04 (quatro) membros, com representação paritária, eleitos
36 pela Plenária do Conselho Municipal de Assistência Social de Monte Carmelo,
37 quais sejam: Iolanda Gomes Sunahara e Débora Muniz Quaiatto Machado, pelo
38 Póde Público; Maria Dias Rodrigues e Ester Mundim Alves, pela Sociedade Civil.
39 Sem mais nada a tratar, deu-se por encerrada a reunião. E, para constar, eu,
40 Wander Vasconcelos, lavrei a ata, que depois de lida foi assinada por todos.
41 Presentes:
42 Iolanda Gomes Sunahara
43 Ester Mundim Alves
44 Maria Francisca Faleiros Resende
45 Gláucia de Almeida Ramos
46 Ricardo Alexandre do Carmo Pereira
47 Débora Muniz Quaiatto Machado
48 Luciana Pereira Resende Marques
49 Andréia Cristina Marques

EXPEDIENTE
DIÁRIO OFICIAL
DO MUNICÍPIO

COORDENADORIA DE PREVENÇÃO
E PROTEÇÃO SOCIAL
RESPONSÁVEL: MARIA DE JESUS
TELEFONE: (31) 3511-1111
E-MAIL: cmas@montecarmelo.mg.gov.br



Órgão Oficial do Município

Dia 08 de Setembro de 2017
Lei nº 661 de 09 de abril de 2007

Ano XI

Nº 1308



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS



26/04/2017 – ATA Nº 50 – REUNIÃO ORDINÁRIA DO CMAS
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MONTE CARMELO

1 Ata nº 50/2017 – Reunião Ordinária – Aos vinte e seis dias do mês de abril, de
2 dois mil e dezessete, na Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social,
3 situada na Praça Celso Bueno, 24 – Centro, realizou-se a reunião ordinária do
4 CMAS, com os Conselheiros presentes: Nubia Moreira Rocha; Iolanda Gomes
5 Sunahara; Ricardo Alexandre do Carmo Pereira; Soraia Cacique da Silva
6 Primo; Débora Muniz Quaiatto Machado; Maria Dias Rodrigues; Ester Mundim
7 Alves; Andréia Cristina Gonçalves; Elaine Maria Lana de Oliveira; Maria
8 Francisca Faleiros Resende; e com a seguinte pauta: Apresentação do
9 Relatório SIMSUAS (CRAS/CREAS); Relatório Mensal dos
10 Atendimento/Relatório dos FPGS Bolsa Família - Formulário Padrão de
11 Gestão de Benefícios/Informes da Bolsa Família; Alteração da Lei de
12 Benefícios Eventuais; Formar Comissão para Prestação de Contas da SMTAS;
13 A presidente Débora inicia a reunião agradecendo a presença de todos, é feita
14 a leitura da ata da reunião anterior, aprovada por todos. Em seguida, Débora
15 faz a leitura e interpretação do relatório SIMSUAS (CRAS/CREAS), com todos
16 os dados e informações em relação à execução financeira do recurso de
17 incentivo à melhoria da qualidade de gestão dos serviços de Proteção Especial
18 de Média e Alta Complexidade (Piso Mineiro, direcionado a casa lar). O
19 relatório é aprovado pelo CMAS e fica arquivado, disponível a todos os
20 conselheiros. Débora relata que há dificuldade no prosseguimento e aprovação
21 dos trabalhos atuais do CMAS por causa de problemas ocorridos na gestão
22 passada, em que houve denúncias e aprovações que inviabilizaram o curso
23 normal dos trabalhos do Conselho, prejudicando a viabilidade dos recursos do
24 FMAS. Destaca também sobre a apuração e reprogramação de saldo referente
25 ao cofinanciamento federal durante a nova gestão que se iniciou em 2017, e
26 que a atual gestão, em conjunto com o CMAS, é responsável por avaliar,
27 analisar e aprovar a reprogramação dos recursos do Fundo Municipal de
28 Assistência Social. Prosseguindo, Débora deixa claro aos conselheiros que os
29 saldos presentes em 31 de dezembro de 2016 serão reprogramados dentro
30 dos mesmos níveis de proteção em que foram repassados e vinculados aos
31 mesmos serviços, sendo que não houve interrupções na prestação de serviços
32 socioassistenciais em 2016. As contas e respectivos saldos de 31 de dezembro
33 de 2016 são os seguintes: C/C 23.466-4 (Piso Mineiro de Assistência Social)
34 R\$ 24.086,58; C/C 25.311-1 (BPC Escola) R\$ 3.273,66; C/C 25.312-X (Gestão
35 Bolsa Família) R\$ 54.673,39; C/C 25.315-4 (Gestão SUAS) R\$ 10.284,93; C/C
36 25.318-9 (Proteção Social Alta Complexidade) R\$ 17.383,70; C/C 25.319-7
37 (Proteção Social Média Complexidade) R\$ 27.950,23; C/C 25.320-0 (Proteção
38 Social Básica) R\$ 106.925,20; Débora deixa claro que a atual gestão está
39 ciente de que saldos em contas, especialmente de um ano para o outro, não é
40 recomendado e tomará todas as providências para que isso não aconteça em
41 2017, salvo nos casos em que os recursos forem depositados em dezembro
42 pelo FNAS (Fundo Nacional de Assistência Social), inviabilizando sua utilização
43 dentro do ano civil. Débora prossegue e relata que não há propriamente
44 irregularidades, mas que os recursos, em gestões passadas, poderiam ter sido
45 usados com mais eficiência em prol da Assistência Social no município. Deixa
46 claro que, uma vez que os recursos não são utilizados, o Governo Federal
47 entende que o município não precisa deles. Em seguida, Débora relata ao
48 CMAS sobre possíveis alterações na Lei Municipal de Benefícios Eventuais, de
49 acordo com parecer jurídico da Procuradoria Geral do Município. O benefício
50 eventual integra as garantias dos SUAS, a rede de serviços socioassistenciais
51 com vistas ao atendimento das necessidades humanas básicas das famílias
52 em situação de vulnerabilidade social; Acrescenta também que a Secretária
53 Municipal de Trabalho e Ação Social, Márcia Regina Gonçalves Cardoso,
54 juntamente com a Prefeitura, estudará a melhor forma de alteração da lei,
55 contemplando o que for melhor para o município, mas dentro das
56 possibilidades reais, partindo do princípio de que a população ficou
57 prejudicada, já que muitas leis mudaram e a economia do país, também.
58 Débora relata que não só o município de Monte Carmelo passa por
59 dificuldades, mas também os estados e a própria União precisam reequilibrar
60 as contas públicas, e que isso, indiretamente, acaba refletindo em todos os
61 municípios. Prosseguindo, os membros deliberam que todas as atas do CMAS,
62 após aprovadas, sejam publicadas em Diário Oficial do Município, pra que
63 todas as ações deliberações fiquem claras. Sem mais nada a tratar, deu-se por
64 encerrada a reunião. E, para constar, eu, Wander Vasconcelos, lavrei a ata,
65 que depois de lida foi assinada por todos. Presentes:
66 Nubia Moreira Rocha
67 Iolanda Gomes Sunahara
68 Ricardo Alexandre do Carmo Pereira
69 Soraia Cacique da Silva Primo
70 Débora Muniz Quaiatto Machado
71 Maria Dias Rodrigues
72 Ester Mundim Alves
73 Andréia Cristina Gonçalves
74 Elaine Maria Lana de Oliveira
75 Maria Francisca Faleiros Resende
76 Wander Vasconcelos



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS



Ata nº 51/2017 da XII Conferência Municipal de Assistência Social de Monte Carmelo/MG, com o tema "Garantia de direitos no fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, realizada pelo Conselho Municipal de

Assistência Social e a Secretaria de Trabalho e Ação Social, aos vinte e sete dias do mês de Julho do ano de dois mil e dezessete, às 07:30 horas. Com presença de encerramento às dezessete horas, nas dependências do anexo da Fundação Carmelitana Mário Palmério - FUCAMP, na Avenida Brasil Oeste, s/n - Bairro Jardim Lombar. Após o encerramento dos participantes foi oferecido o Coffee break e em seguida foi realizada a abertura por cerimonial, enfatizando os objetivos da Conferência.

87
Os quais pretendem promover a reflexão e o debate sobre a assistência social, sobre o controle social exercido através dos conselhos no município de Monte Carmelo, de forma prioritária e estimular a participação efetiva da comunidade na solução dos problemas e na elaboração de políticas públicas. A seguir foram convidadas as seguintes autoridades para compor a mesa: O Sr. Prefeito Dr. Paulo Faleiros Cardoso, a Secretária Municipal de Trabalho e Ação Social - Dra. Maria Regina Gonçalves Cardoso, a Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social - Dra. Débora Muniz Quaiatto Machado, o Presidente da Câmara Municipal - vereador Carlos Alexandre Cunha, o vereador Sr. José Euripedes Machado, o Secretário de Comunicação e Planejamento - Professor Guilherme Marques, o Sr. Presidente - Dra. Graziela Guimarães, a Assistente Social e Professora da Universidade Católica - Dra. Hamilton Henrique Oliveira, representante do Conselho Estadual de Políticas de Alcohol e Drogas - do Pismo Interno - cional. Depois continuidade, todos foram convidados para ouvir o Pismo Nacional e em seguida o pronunciamento de Sr. Prefeito Dr. Paulo, que ressaltou a importância da Conferência e a viabilização de oportunidades e ações para melhorar a Rede Social. Em seguida, a palavra foi concedida ao Presidente da Câmara Municipal, o Sr. Carlos Alexandre, que manifestou com orgulho de fazer parte da atual gestão, que dedicam cuidar bem das pessoas e mencionou boas experiências referentes dos programas assistenciais. Na sequência, foi apresentada a Comissão Organizadora da XII Conferência Municipal de Assistência Social, ocasião em que a Dra. Maria Regina agradeceu a comissão pelo esforço dedicado e organização. A seguir, foi realizada leitura do Relatório Interno da XII Conferência Municipal de Assistência Social e posteriormente, a Dra. Gláucia de Almeida Ramos, Presidente Social, se posiciona destacando alguns pontos de

destaque que incluem: de conexão, referente ao Capítulo IX - no artigo 26, no parágrafo único e artigos 27 e 28, onde se lê "para a Região", a XII Conferência Estadual e a XII Conferência Municipal, para a ser respectivamente: "para a Conferência Regional" no primeiro. Após discussão sobre as referidas conexões, o Regimento Interno foi aprovado por unanimidade. Na sequência, foi realizada uma apresentação cultural pelos usuários do CRAS - mães do Lú, como Capoeira, ballet e foi feita. Depois continuidade, a palavra foi concedida a Secretária Maria Regina Gonçalves Cardoso para, proferir sobre a Gestão da Assistência Social do município de Monte Carmelo, ocasião em que agradeceu aos professores de jiu jitsu, ballet, capoeira e todos os participantes de todos os segmentos, arguindo quanto a Conferência como espaço para discussões, propostas, fortalecimento de prioridades, buscando o fortalecimento da Política de Assistência Social. A Dra. Maria, oportunizou uma breve apresentação da Rede de Serviços e Projeto da Assistência Social, caracterizando as diversas como Proteção Social Básica e Especial Média e Alta Complexidade, serviços vinculados, CRAS, anexos, fortalecendo os serviços e programas, benefícios disponibilizados, Clubes de Convivência da Terceira Idade, CEAS, Casa Lar, PROMAP, BPC, Bolsa Família. Todos de missão

de carteira de identidade, Comelinhos atendeu no Município e ao final da exploração agradeceu a todos despendo-se para voltar. Prosseguiu-se, foi convidada a Relatante, a Dra. Ana Lúcia Martins Komura, graduada em Serviço Social pela Faculdade de Serviço Social de Uberlândia, mestre em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia, doutora em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita - UNESP/Franca, para explicar sobre "Especificidade de Direitos no Fortalecimento do SUAS". A Dra. Ana Lúcia tratou sobre a contextualização da Política de Assistência Social, dando ênfase de que o sistema brasileiro de proteção social

social, gestão democrática e controle social, ações de recuperação socioambientais e a articulação entre serviços, perficiers, transposição de renda, legislação como instrumento para uma gestão de compromissos e corresponsabilidades dos atores federais para a garantia dos direitos socioambientais e a participação social não contributiva. Contributiva e o princípio da equidade como paradigma para a gestão dos direitos socioambientais. Durante a explanação, a Dra Ana Lúcia, oportunizou espaços para discussões e esclarecimentos de dúvidas. Após a exposição da palestrante, a Dra. Maria, preferiu agradecer a todos e a palestrante, divulgar a programação do período da tarde e convidar todos os presentes para almoço no refeitório da FICAMP. O mesmo contendo, as 13h30 horas, foi realizada uma apresentação cultural e em seguida foi feita as orientações das atividades em grupos, envolvendo facilitadores, relatores e divisa de grupos em conformidade com os eixos temáticos. Após as atividades em grupo foi oferecido uma pausa para Coffee break. Em seguida, realizou-se a apresentação das propostas em plenária para deliberação e foram eleitos as seguintes propostas: Eixo 1 - Proteção Social não contributiva e o princípio da equidade como paradigma para a gestão dos direitos socioambientais: - (1) Qualificar o CADÚNICO (preenchimento registrado anualmente) acompanhado comunidades quilombolas, (2) Ampliar os serviços sociais dos usuários da Estratégia no município com inclusão de novas atividades como aula de música e teatro, (3) Garantir o repasse dos Dois Minutos (4) Capacitação contínua e continuada para o ca. destruidor de Polha Família para sanar a precarização do ser. refer. (5) desmontar em espaços mais auster, as condições de vida que acontecem na educação e saúde. (6) Criação da proposta do Polha Família, manter a vinculação do BPC ao salário mínimo, conforme previsto a lei brasileira de inclusão, após revisão, digo, diagnóstico da real necessidade da população, antes da oferta do serviço, (7) Melhorar o trabalho em rede das políticas públicas, anti-

tência social / saúde e educação, ⑥ Promover parcerias culturais para avançar, desenvolver e valorizar multiplicar os serviços socioassistenciais. Eixo 2. Gestão democrática e controle social o lugar da sociedade civil no SUAS. ① Participações permanentes e continuadas para conselheiros e trabalhadores do SUAS de área governamental e não governamental, ② Reorganizar o CMAS com participações de 25% de usuários, 25% de entidade, 25% de trabalhadores, 25% de governo com recursos que garanta a participações de todos, ③ Estrutura física exclusiva que atenda a demanda do Conselho de Assistência Social e autorizar vincular a Secretaria Municipal de Saúde, Educação e Ação Social, desvinculando do órgão gestor (somente o espaço físico), ④ Criar as estruturas de ampla divulgação de ações dos conselhos, serviços, programas e projetos da assistência social da rede pública e privada. Ex.: jornal paróquial, banner, rádio e TV, utilizando a "atletividade pública para gratuidade, ⑤ Garantir que o Estado de Minas regularize e mantenha o repasse financeiro mensalmente (Piso Mínimo da Assistência Social), ⑥ Destinar 6% da arrecadação repasse do para os Fundos de Assistência Social. Eixo 3. Acesso a, permanências socioassistenciais e a articulação entre serviços, benefícios e transferência de renda como garantias de direitos socio-assistenciais. ① Disponibilizar a consulta do cadastro único no CRAS, habilitando e trabalho das equipes sociais junto a população, ② Divulgação dos benefícios assistenciais, as requisições para concessão e os direitos dos usuários, por meio do rádio, TV, redes sociais e nas reuniões mensais da 3ª idade e do CRAS, ③ Criar de uma rede socioassistencial, envolvendo as equipes técnicas da saúde, educação e assistência social com intuito de debater as necessidades dos usuários do SUS, SUAS e cadastro único, bolsa família, ④ Assegurar que o Estado repasse o Piso Mínimo regularmente, ⑤ Garantir que o benefício de Prestação continuada continue vinculado ao salário mínimo. ⑥ Fazer um levantamento dos serviços socioassistenciais vinculando

as necessidades da população a fim de ofertar serviços espe-
 ciais de demanda, ⑦ Reformular a Política de Assistência
 Social voltada as pessoas idosas, garantindo o acesso a ser-
 viços, benefícios e direitos, como por exemplo, cursos pedagó-
 gicos. Exo 4: A legislação como instrumento para uma
 gestão de compromisso e responsabilidades da inter federa-
 tiva para a garantia dos direitos socioassistenciais: ① Revis-
 são de concursos públicos para todos trabalhadores do SUAS ②
 Materialização da lei municipal de Assistência Social ③ Le-
 gislar para garantir a subseção para instituições que trabalham
 nas áreas de políticas de assistência, ④ Garantir repasse mensal
 do Fundo Municipal / Criar a Vigilância Socioassistencial no município
 ⑤ Manter atualizado o BPC ao salários mínimos / Garantir 7% do
 orçamento para políticas de Assistência. Na sequência, após apre-
 vação das propostas, foram apresentadas as orientações para
 a eleição dos delegados para participarem da Conferência Re-
 gional, em conformidade com os critérios da Resolução 03/2017
 do Conselho Estadual de Assistência Social. Foi oportunizado momen-
 to para a manifestação de candidatos e foram eleitos os seguin-
 tes representantes: Orgão Gestor: Titular: Débora Muniz G. Maciel,
 de e Suplente: Anelita Dias e Cibra Gualart; Outras Secretarias:
 Titular: Isadora Gomes Durabara e Suplente: Andressa Castro
 Gonzales; Usuário: Titular: Gean Carlos dos Santos, de e Suplente:
 Titular: Glaucia de Almeida Romão, onde o usuário refere-se a
 Trabalhadores da área; Usuário: Titular: Nelson Simões e Suplente:
 Edmilson de Oliveira. Em seguida, a palavra foi concedida
 ao Sr. Daniel Dias de Oliveira, que proferiu a manifestação dos
 Nucleos de Assistência Sociais "NAS Estrada Manoel" de Monte Car-
 melo e região, contra o desmonte orquestrado contra o SUAS e a
 torturativa de violação de direitos no país e reitera assim na luta
 ao lado dos trabalhadores, fazendo valer novo Projeto ético-polí-
 tico que busca por uma sociedade com justiça e equidade social.
 Ao final da publicidade de referência manifestou o Sr. Daniel
 Dias, que se mudou e tem uma moradia. Prosseguindo a

os participantes entregaram as fichas de avaliação da XII Conferência de História Social de Monte Carmelo e por fim, leram cartas de considerações e agradecimentos a todos os participantes que de alguma forma contribuíram para a realização de um realde mais forte e que gere muitos benefícios a toda comunidade, leram entretanto os certificados e encerrou-se o evento; eu, Andréia Cristina Gomães, lavi a ata, que, após lida e aprovada, será anexada à lista de presença. Andréia Cristina Gomães.

XII CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
<p>Data: 27/07/2017 Local: FUCAMP Fundação Carmelitana Mário Palmério - Monte Carmelo/MG</p>		
GARANTIA DE DIREITOS NO PORTALEAMENTO DO SUAS		
NOME	ÓRGÃO QUE REPRESENTA	Fone
1. Ruyza Tranciera da Silva	CRM Santa Rita (S.C)	3141.242.1021
2. Joceline Traves de Oliveira	CRM Santa Rita (S.C)	3141.242.1021
3. Antonete Teixeira Nelson Teixeira	CRM Santa Rita (S.C)	3141.242.1021
4. Glomene de Jesus Amorim	CRM Santa Rita (S.C)	3141.242.1021
5. Neli Gamares S. Mota de Oliveira	CRM Santa Rita (S.C)	3141.242.1021
6. Neizete da Silva	CRM Terenopolis	3141.242.1021
7. Vagnera Rm V. Gheli	CRM Terenopolis	3141.242.1021
8. Kaciara de Sá S. Silva	CRM Terenopolis	3141.242.1021
9. Mariana Sampaio de Oliveira	CRM Terenopolis	3141.242.1021
10. Eliane Alves Pinna	CRM Terenopolis	3141.242.1021
11. Juliana Sampaio dos Santos	CRM Terenopolis	3141.242.1021
12. Bruno Francisco de Oliveira	CRM Terenopolis	3141.242.1021
13. Ruyza Traves de Oliveira	CRM Terenopolis	3141.242.1021
14. Ruyza Traves de Oliveira	CRM Terenopolis	3141.242.1021
15. Ruyza Traves de Oliveira	CRM Terenopolis	3141.242.1021
16. Ruyza Traves de Oliveira	CRM Terenopolis	3141.242.1021
17. Ruyza Traves de Oliveira	CRM Terenopolis	3141.242.1021
18. Ruyza Traves de Oliveira	CRM Terenopolis	3141.242.1021
19. Ruyza Traves de Oliveira	CRM Terenopolis	3141.242.1021
20. Ruyza Traves de Oliveira	CRM Terenopolis	3141.242.1021
21. Ruyza Traves de Oliveira	CRM Terenopolis	3141.242.1021
22. Ruyza Traves de Oliveira	CRM Terenopolis	3141.242.1021
23. Ruyza Traves de Oliveira	CRM Terenopolis	3141.242.1021
24. Ruyza Traves de Oliveira	CRM Terenopolis	3141.242.1021
25. Ruyza Traves de Oliveira	CRM Terenopolis	3141.242.1021
26. Ruyza Traves de Oliveira	CRM Terenopolis	3141.242.1021

		90	
US.11	ILHA CELIA DE JESUS SANTOS	CRAS SANTA RITA	9351 7374
US.2	ILMA DAS DORES VIEIRA	CRAS SANTA RITA	9351 7374
US.3	ELMO GREGORIO DA SILVA	CRAS SANTA RITA	9351 7374
US.4	ACLE HELENA RIBEIRO VASCONCELOS	CRAS SANTA RITA	9351 7374
US.5	DIVINO GERARDO DE OLIVEIRA	CRAS SANTA RITA	9351 7374
US.6	ILMA MARIA DOMINGAS FERREIRA	CRAS SANTA RITA	9351 7374
US.7	WILLIAM MOREIRA DOS REIS	CRAS SANTA RITA	9351 7374
US.8	PAULA RUTH VASCONCELOS	CRAS SANTA RITA	9351 7374
US.9	PATRICIA GONCALVES RODRIGUES	CRAS SANTA RITA	9351 7374
US.10	PAULA MARCIA DA SILVA	CRAS SANTA RITA	9351 7374
US.11	CLAUDIA REGINA FERREIRA DOS SANTOS	CRAS SANTA RITA	9351 7374
US.12	CLAUDIA REGINA FERREIRA DOS SANTOS	CRAS SANTA RITA	9351 7374
US.13	CLAUDIA REGINA FERREIRA DOS SANTOS	CRAS SANTA RITA	9351 7374
US.14	CLAUDIA REGINA FERREIRA DOS SANTOS	CRAS SANTA RITA	9351 7374
US.15	CLAUDIA REGINA FERREIRA DOS SANTOS	CRAS SANTA RITA	9351 7374
US.16	CLAUDIA REGINA FERREIRA DOS SANTOS	CRAS SANTA RITA	9351 7374
US.17	CLAUDIA REGINA FERREIRA DOS SANTOS	CRAS SANTA RITA	9351 7374
US.18	CLAUDIA REGINA FERREIRA DOS SANTOS	CRAS SANTA RITA	9351 7374
US.19	CLAUDIA REGINA FERREIRA DOS SANTOS	CRAS SANTA RITA	9351 7374
US.20	CLAUDIA REGINA FERREIRA DOS SANTOS	CRAS SANTA RITA	9351 7374

01-17	José Gurgelino Miranda	União Municipal	9905-3283
01-18	Hamilton Bonacue Simão	C. E. Oliveira, Douras	91-9110-3400
01-19	Ricardo, Marcelino e Veriana	Cast. de Casaco	91915-1101
01-20	Martha Jo de Azeite Silva	CRAS	9218-6910
01-21	Emmanuel Francisco M. Gonçalves	Embracão Roubos	978261-9005
01-22	Alina Cassiana dos Reis Xavier	CRAS	9455-1243
01-23	Rosário Kacumama	União Andaraí	
01-24	Ana Maria M. Kacumama	União Andaraí	
01-25	Apriete Romão de Melo	Sociedade civil	94908-6916
01-26	Elmir, Srm Cos	YMCA, C.A	94126-0451
Tab 1	1. Maria Augusta Basso	CEPELO	95216-6284
Tab 2	2. Maria Machado de Silveira	Associação Cui	95216-6284
Tab 3	3. Maria do Carmo Silva	Associação civil	9119-5318
Tab 4	4. Sindulino Eustáquio Gonçalves	CRAS TMAAS	9169-5531
Tab 5	5. DE Alexandrina de Jesus	Associação civil	9149-8038
Tab 6	6. Leon Siqueira dos Santos	Município de Crate	9182-1916
Tab 7	7. Sueli M. Lima	CRAB	9530-3012
Tab 8	8. Mario José da Silva	CMAS	9494-1012
Tab 9	9. Alina Rodrigues Pereira	Associação civil	95932-1912
Tab 10	10. Joana Leila M. Pereira	Dieta da Escola Municipal	95123-2474
Tab 11	11. João da Góes, Maranhão	Procuradoria	95036-9471
Tab 12	12. Maria Francisca Talves Furtado	Servício	95924-5856
Tab 13	13. Gláucia Pereira Silva	CEARAS	9530-2410
Tab 14	14. Otávia Martins Furtado	Associação	95931-9471
Tab 15	15. Wilton da Silva	CRAS Santa Rita	95872-0751
Tab 16	16. Loretana Alves Sêdo	USUÁRIO CRAS Santa Rita	95931-9471
Tab 17	17. Rosângela Farias	União Jurema	93331-9111
Tab 18	18. João Alves Oliveira	Associação de Jurema	9120-9429
Tab 19	19. Guimaraes Soares Augusto	Associação de Jurema	9120-9429
Tab 20	20. Vitoriano de Almeida Neto	Associação de Jurema	9120-9429
Tab 21	21. C. ESTE D. Dias Rosa	SECRETARIA DE ACQU. SOCIA	95919-6100
Tab 22	22. Maria Rita Assunção	SECRETARIA DE ACQU. SOCIA	95919-6100
Tab 23	23. Odeia Maria Gonçalves de Oliveira	CRAS	9284-4415
Tab 24	24. Amanda Grazielle Santos Lima	União	-
Tab 25	25. Marina da Silva Gomes de Lima	CRAS	9946-6636
Tab 26	26. Maria Nêda de Aguiar	União Educadora	95981-9600
Tab 27	27. Rôlei Mendes Duarte	CRAS	9842-8121
Tab 28	28. Joci Muniz	APAE	9842-1426
Tab 29	29. Grazielle Gomes de Oliveira	APAE	9842-1426
Tab 30	30. Joci Muniz	CRAS	9842-5546
Tab 31	31. Maria Maria Gomes de Oliveira	CRAS / Secretaria Educação	9842-6953
Tab 32	32. Maria Maria Gomes de Oliveira	CRAS / Secretaria Educação	9842-6953
Tab 33	33. Maria Maria Gomes de Oliveira	CRAS / Secretaria Educação	9842-6953

**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS

24/05/2017 – ATA Nº 52 – REUNIÃO ORDINÁRIA DO CMAS
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MONTE CARMELO

1 Ata nº 52/2017 – Reunião Ordinária – Aos vinte e quatro dias do mês de maio de
2 de dois mil e dezessete, na Secretaria Municipal do Trabalho e Ação Social,
3 situada na Praça Celso Bueno, 24 – Centro, realizou-se a reunião ordinária do
4 CMAS, com os Conselheiros presentes: Iolanda Gomes, Sueli de Azevedo,
5 Elaine Quaiato Machado, Ester Mundim Alves, Andréia Cristina Gonçalves
6 Elaine Lopes Vieira Machi, Maria Francisca Faleiros Resende, Luciana Pereira
7 Resende Marques, Érina Soares da Silva, Gláucia de Almeida Ramos, Joyce
8 Mundim, Nilida Dutra Borges, e com a seguinte pauta: Relatório Mensal dos
9 Atendimentos/Relatório dos FPGS Bolsa Família – Formulário Padrão
10 Gestão de Benefícios; Incineração de cadastros do Bolsa Família após 5 anos;
11 A presidente Débora solicita a leitura da ata da reunião anterior, aprovada por
12 todos, em seguida menciona sobre os relatórios apresentados nas reuniões do
13 CMAS, informa que no decorrer das reuniões ordinárias irão sendo
14 disponibilizados os relatórios de acordo com as informações fornecidas pelo
15 SIMSUAU, e deixa claro que a falta momentânea de um ou outro relatório pelo
16 sistema não inviabilizará o acesso do CMAS aos recursos do Fundo Municipal
17 de Assistência Social. Em seguida, é feita leitura do relatório Formulário Padrão
18 de Gestão de Benefícios, para informações, Alessandra Lúcia Alves
19 Santana, que é servidora do setor de cadastro do Bolsa Família, informa
20 que há atualmente no sistema 2.014 (dois mil e quatorze) beneficiários do
21 Programa Bolsa família, e 3.086 (três mil e oitenta e seis) cadastros de famílias,
22 que precisam ser incinerados porque estão vencidos, conforme a lei.
23 Alessandra informa, também, que por volta de 80% dos beneficiários do
24 programa bolsa família que foram cadastradas em gestões passadas, no perfil
25 de extrema pobreza, possuem dados e informações inválidas, conforme
26 realidade do município, e que todo esse processo está sendo reviso pela atual
27 gestão. A conselheira Gláucia de Almeida Ramos demonstra certa
28 preocupação acerca dos cadastros dessas famílias em toda a rede CRAS,
29 deixa claro aos conselheiros que o CMAS precisa se preocupar diretamente
30 com essas informações, já que os conselhos municipais de Assistência Social
31 atuam na fiscalização e controle do Programa Bolsa Família, conforme
32 Resolução aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).
33 Gláucia questiona também sobre a adesão, antecipadamente, de assuntos e
34 sugestões para a pauta das reuniões ordinárias do CMAS, e Débora informa
35 que o CMAS é aberto a quaisquer sugestões de pauta pelos conselheiros. As
36 conselheiras Débora e Gláucia deixam claro também que o CMAS precisa se
37 organizar para a realização da Conferência Municipal de Assistência Social,
38 que será realizada no dia 27 de julho de 2017, na FUCAMP, com 04 eixos
39 definidos, que precisa se organizar uma comissão própria para essa
40 organização pra que todas as informações de assistência social do município
41 sejam repassadas. Os membros do CMAS e do Conselho de Assistência Social
42 extraordinário, no dia 31 de maio de 2017, para que esse assunto seja debatido
43 separadamente. Débora informa que o Consórcio Intermunicipal RIDES –
44 Região Integrada de Desenvolvimento Sustentável – também participará da
45 organização da conferência. Débora e os conselheiros acrescentam a
46 importância da realização das pré-conferências, que se constituem de um
47 espaço democrático entre o poder público e sociedade civil, com a participação
48 de gestores, usuários e trabalhadores para dialogar e discutir o fortalecimento
49 da política de assistência social pelos CRAS, CREAS e outras entidades e
50 órgãos idealizadores dessa política, apresentando livremente as propostas

51. filtradas e definidas para a Conferência. Em relação à discussão sobre os
52. benefícios eventuais, o CMAS entra em consenso e, em princípio, solicita
53. alterações na lei de benefícios, a fim de entender que ainda faltam
54. considerações a serem discutidas e reformuladas, bem como de taxa de
55. sepultamento, que, segundo a conselheira Gláucia, precisa estar estabelecida
56. de forma clara. Gláucia informa também que em relação aos recursos para
57. a construção de habitação, o município, não mais da política de assistência social,
58. do setor habitação, mas da política de energia e água, provavelmente farão parte
59. e, portanto, não mais podendo ser tratados pelo Conselho Municipal de Assistência Social,
60. do Município de Assistência Social - devido a vários recursos do FMAS - sendo
61. reformulados pelos avanços da lei, conforme resolução estadual, os conceitos
62. de comunicação a formação de duas comissões no CMAS, uma dispõe sobre a
63. criação e nomeação para analisar as entidades e organizações
64. socioassistenciais, composta por 04 membros (Islandia Gomes, Sunahara e
65. Débora Muniz Quaiato Machado, pelo Poder Público, e Isilda Rodrigues e
66. Ester Mundim Alves, pela Sociedade Civil), e outra comissão será formada por 04 membros, (Elaine Nana Lana e Andréia Cristina Gonçalves,
67. pelo Poder Público, e Rildo Alexandre do Carmo Pereira e Ester Mundim
68. Alves, pela Sociedade Civil). Os dois comitês estão indicados nas
69. publicadas em Diário Oficial do Município. Em relação às discriminações das
70. entidades que representam os deficientes de Monte Carmelo para compor o
71. CMAS, como preza o Regimento Interno, existe uma alternância da titularidade
72. e suplência entre as entidades APAE e a ADEM, que é a Associação dos
73. Deficientes de Monte Carmelo.

76 Deficientes de Monte Carmelo. Essa alternância foi deliberada pelos
77 anteriores pelo CMAS. Portanto, diante da nova eleição do conselho, ocorrida
78 em 08 de fevereiro de 2017, o conselho ratifica as indicações de Joyce
79 Mundim, representante da APAE, como titular, e Maria Dias Rodrigues,
80 representante da ADEM, como suplente. Sem mais nada a tratar, deu-se por
81 encerrada a reunião. E, para constar, eu, Wander Vasconcelos, lavrei a ata,
82 que depois de lida foi assinada por todos. Presentes:

83 *Mundim*
84 Débora Gomes Sunahara
85 Débora Muniz Quaiato Machado *deborah muniz quaiato machado*
86 Ester Mundim Alves *ester mundim alves*
87 Andréia Cristina Gonçalves *andrea cristina goncalves*
88 Luciana Pereira Faleiros Resende *luciana pereira faleiros resende*
89 Érina Soares da Silva *erina soares da silva*
90 Gláucia de Almeida Ramos *glauucia de almeida ramos*
91 Joyce Mundim *joyce mundim*
92 Nilda Dutra Borges *nilda dutra borges*
93 Elaine Lopes Vieira Maciel *elaine lopes vieira maciel*
Mundo Montecarlo *Recordo: Wander Vasconcelos*

PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO
ESTADO DE MINAS GERAIS

ESTADO DE MINAS GERAIS

31 DE MAIO/2017 – ATA Nº 53 – REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CMAS
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MONTE CARMELO

1 Ata nº 53/2017 **Reunião Extraordinária** – Aos trinta e um dias de maio de
2 dois mil e dezessete, às oito horas e trinta minutos, na Secretaria Municipal de
3 Trabalho e Ação Social, situada na Praça Celso Bueno, 24 – Centro, realiza-se
4 a reunião extraordinária do CMAS, com os Conselheiros presentes: Iolanda
5 Gomes Sunahara; Ricardo Alexandre do Carmo Pereira; Débora Muniz
6 Quaiatto Machado; Érina Soares Silva; Ester Mundim Alves; Elaine Lopes
7 Vieira Maciel; Elaine Maria Lana de Oliveira;
8 Marques; Andréia Cristina Gonçalves; Gláucia de Almeida Ramos; Joice
9 Mundim; Maria Francisca Faleiros Resende; e com a seguinte pauta: discussão
10 sobre a Conferência Municipal de Assistência Social; mudança e aprovação da
11 Lei de Benefícios Eventuais; A Presidente Débora Muniz Quaiatto Machado
12 inicia a reunião, agradece a presença de todos, informa que o CMAS

13 Conselho Nacional de Assistência Social – divulgou a agenda para as
14 conferências municipais de assistência social, com o tema “Garantia dos
15 Direitos no Fortalecimento do SUAS”. Débora destaca também que as
16 conferências 2017 são importantes por serem as instâncias máximas de
17 deliberação da política de assistência social nos municípios, são os espaços de
18 debate coletivo que devem oportunizar a participação social mais
19 representativa assegurando momentos para discussão e avaliação das ações
20 governamentais e também para eleição de prioridades políticas a todos os
21 níveis de governo, as diferentes organizações da sociedade civil que
22 representam os usuários, trabalhadores e entidades de assistência social.
23 Débora repassa ao CMAS que o calendário para realização das Conferências
24 de Assistência Social em 2017 segue o seguinte cronograma: Conferências
25 Municipais – de 10 de abril até 31 de julho; Conferências Estaduais e do
26 Distrito Federal – de 12 de agosto até 20 de outubro; Conferência Nacional –
27 de 5 a 8 de dezembro em Brasília/DF. Prosseguindo, Débora menciona que
28 todos os informes já foram enviados ao CMAS de Monte Carmelo, e a
29 realização do evento será na FUCAMP – Fundação Carmelitana Mário
30 Palmeri, com 04 eixos definidos, no dia 27 de julho de 2017, das 07h30min às
31 18h00min, que precisa ser formada uma comissão própria para a organização
32 geral para que todas as informações à rede de assistência social no município
33 sejam repassadas. A conselheira Gláucia acrescenta também a importância da
34 realização das pré-conferências, que são espaços democráticos entre o poder
35 público e sociedade civil, com a participação de gestores, usuários e
36 trabalhadores para dialogar e discutir o fortalecimento da política de assistência
37 social pelos CRAS, CREAS e outras entidades e órgãos idealizadores dessa
38 política, apresentando livremente as propostas filtradas e definidas para a
39 Conferência, e Débora reforça a importância que cada profissional tem em
40 mobilizar seu setor de trabalho para que todos os profissionais tenham acesso à
41 conferência. Segundo a presidente Débora, é importante que as propostas das
42 conferências se adequem à realidade do país, já que a modificação e
43 aprovação atual de algumas leis e mudanças no cenário econômico do país
44 podem refletir no âmbito orçamentário da Assistência Social generalizada,
45 causando um impacto social relevante. Gláucia destaca que as conferências
46 precisam ser amplamente divulgadas para que os objetivos sejam atingidos, e
47 reforça também a importância de se preocupar com a logística das pessoas
48 convidadas acerca do município, envolvendo o deslocamento e alimentação de
49 todos que irão frequentar o evento.

50 Para que o evento seja objetivo e cumpra o horário preestabelecido, Débora
51 informa que as propostas serão aprovadas ou não na plenária final da
52 conferência, sem discussões, já que todas elas serão debatidas e confirmadas
53 antecipadamente nas pré-conferências por todos os respectivos
54 coordenadores. Assim, o CMAS define a comissão para organização da XII
55 Conferência Municipal de Assistência Social com seis membros do conselho:
56 Débora Muniz Quaiato Machado, Érina Soares Silva e Andréia Cristina
57 Gonçalves, da Área Governamental. E representando a Sociedade Civil são:
58 Ester Mundim Alves, Gláucia de Almeida Ramos e Ricardo Alexandre do
59 Carmo Pereira. Em seguida, a Conselheira Iolanda, representante da
60 Procuradoria Municipal, comunica ao CMAS sobre a elaboração da Portaria nº
61 1977, de 26 de maio de 2017, em que trata da revogação da portaria 7185, de
62 01 de dezembro de 2017, e a sua substituição pela resolução do arquivamento do
63 processo administrativo disciplinar nº 03, de 2016, que se encontra em
64 reaberto para apuração de eventuais responsabilidades. Finalizando, o CMAS
65 decide enviar um ofício à Procuradoria Municipal solicitando alteração na Lei
66 805, de 17 de julho de 2009, que dispõe sobre os benefícios eventuais,
67 incluindo isenção de taxa de sepultamento, recursos para materiais de
68 construção e taxas de energia e água, que não mais farão parte da política de
69 assistência social, e, portanto, não mais podendo ser providos pelos recursos
70 do FMAS devido a várias mudanças e conceitos reformulados pelos avanços

72 da lei, conforme resolução estadual. E, para constar, eu, Wander Vasconcelos,
73 lavrei a ata, que depois de lida foi assinada por todos. Presentes:

74 Iolanda Gomes Sunahara *Iolanda Gomes Sunahara*
75 Ricardo Alexandre do Carmo Pereira *Ricardo Alexandre do Carmo Pereira*
76 Débora Muniz Quaiato Machado *Débora Muniz Quaiato Machado*
77 Érina Soares Silva *Erina Soares Silva*
78 Ester Mundim Alves *Ester mundim Alves*
79 Elaine Lopes Vieira Maciel *Elaine Lopes Vieira Maciel*
80 Elaine Maria Lana de Oliveira *Elaine Maria Lana de Oliveira*
81 Luciana Pereira Resende Marques *Luciana Pereira Resende Marques*
82 Andréia Cristina Gonçalves *Andréia Cristina Gonçalves*
83 Gláucia de Almeida Ramos *Gláucia de Almeida Ramos*
84 Joicé Mundim *Joicé Mundim*
85 Maria Francisca Faleiros Resende *Maria Francisca Faleiros Resende*